

## Aspectos político-históricos: a educação infantil em Florianópolis (1976 – 2011)

### Resumo

As atuais políticas educacionais brasileira para a Educação Infantil, amparadas na Legislação Educacional, como há muito já se tem falado, definem os municípios como principais responsáveis pelo atendimento de crianças com idade de zero a seis anos em instituições de caráter educativo (LDB, 1996). No entanto, a descentralização desta etapa educativa para a esfera municipal não foi acompanhada dos recursos que possibilitassem uma adequada oferta de vagas de acordo com as necessidades das famílias. Sabemos que ainda há uma demanda grande de crianças a ser atendida nessa etapa de ensino, não ocorrendo a universalização do acesso a esta etapa educativa conforme prevê a própria legislação. É com base nas contribuições de estudos como: Füllgraf (2001); Fúlvia Rosember (2003); Jeans Qvostrup (1999); Roselana Fátima Campos (2010); podem dar para a formulação e avaliação de políticas educacionais, que optou-se discutir nesse artigo, aspectos históricos relacionados à Rede municipal de Educação Infantil de Florianópolis, por ser essa, considerada referência nacional e a mesa apresenta, também, semelhanças com aquela traçada como típica do Brasil. Para empreender esse estudo, toma-se como ponto de partida a pesquisa realizada por Füllgraf (2001) sobre as condições de acesso e expansão do atendimento na Educação Infantil pública do município de Florianópolis. À época, ano 2000, a autora deparou-se com uma lista de espera de 1.945 crianças, já nos alertando que a “lista de espera” revelava “o fenômeno da exclusão vivenciado por inúmeras famílias, sendo um instrumento concreto e comum nas instituições públicas de educação infantil” (FÜLLGRAF, 2001, p. 105). Esperando somar contribuições ao estudo já citado e ao mesmo tempo o foco do estudo, pretende-se, tratar do processo de expansão da Rede, analisando indicadores como número de instituições, das matrículas.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Acesso; Educação infantil.

### Para citar este artigo:

NAZÁRIO, João Dimas. Aspectos político-históricos: a educação infantil em Florianópolis (1976 – 2011). *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 395-422, jul./dez. 2014.

**DOI: 10.5965/1984723815292014395**

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723815292014395>

**João Dimas Nazário**  
Mestre em Educação pela  
Universidade Federal de Santa  
Catarina – UFSC – Brasil  
prof\_joadn@hotmail.com

## Early childhood education Florianópolis: Political Aspects History (1976-2011)

### **Abstract**

The current Brazilian educational policies for Early Childhood Education, supported by the Educational Legislation, as much has been said already, define counties as primarily responsible for the care of children aged zero to six years in an educational institution (LDB, 1996). However, the decentralization of this educational stage for municipal was not accompanied by the resources that would enable an adequate supply of places according to the needs of families. We know that there is still a great demand for children to be answered at this stage of learning, not occurring universal access to this educational stage as envisaged in the legislation itself. It is based on the contributions of studies as: Füllgraf (2001); Fúlvia Rosember (2003); Jeans Qvostrup (1999); Roselana Fátima Campos (2010); can give the formulation and evaluation of educational policies, which we chose to discuss in this article, historical aspects related to Network municipal kindergarten in Florianópolis, since this is considered a national reference and it also presents similarities with that drawn as typical of Brazil. To undertake this study takes as its starting point the research conducted by Füllgraf (2001) on the conditions of access and expansion of services in the public kindergarten in Florianópolis. At the time, 2000, the author was faced with a waiting list of 1,945 children; already warning us that the "waiting list" revealed "the phenomenon of exclusion experienced by many families, being a concrete and common in public institutions early childhood education " (FÜLGRAFF, 2001, p. 105). Hoping to add contributions to the study cited above while the focus of the study is intended to, treat the process of expanding the network, analyzing indicators such as number of institutions, enrollment.

**Keywords:** Public Policy; Access; Early Childhood Education.

## Introdução

E, apesar de revelar a existência de uma “infância de papel” que cumpre “o papel da infância” imposto por uma política social hegemônica, também mostra que na nova sociedade, que surge a partir das crises de nosso tempo, há alternativas para resistir à destruição dos direitos sociais, ainda que conquistados só no papel. É possível, portanto, vislumbrar um novo “papel para a infância”. (FÜLLGRAF, 2001)

As atuais políticas educacionais brasileiras para a educação infantil, amparadas na Legislação Educacional, como há muito já se tem falado, definem os municípios como principais responsáveis pelo atendimento de crianças com idade de zero a seis anos<sup>1</sup> em instituições de caráter educativo (LDB, 1996). No entanto, a descentralização desta etapa educativa para a esfera municipal não foi acompanhada dos recursos que possibilitassem uma adequada oferta de vagas de acordo com as necessidades das famílias. Sabemos que ainda há uma demanda grande de crianças a ser atendida nessa etapa de ensino, não ocorrendo a universalização do acesso a esta etapa educativa conforme prevê a própria legislação.

Dentre os fatores que influenciam política e historicamente a demanda por vagas em creches e pré-escolas, destacam-se aqueles relacionados à mudança da estrutura familiar originada pela inserção das mulheres no mercado de trabalho. Outro fator é a opção das famílias em oportunizar às crianças experiências diferenciadas que a educação infantil proporciona. Nesta perspectiva de mudanças no mundo do trabalho e das relações sociais, é preciso identificar diversas pressões da população por vagas na Educação Infantil e por um atendimento e ensino de qualidade, entendendo que essas duas reivindicações são indissociáveis.

Alguns autores, como Fúlvia Rosemberg (1984; 2002; 2003), denominam essa pressão como demanda social. Os estudos dessa autora apontam dois tipos de demanda: a explícita e a latente. Ao definir cada uma a autora assinala:

---

<sup>1</sup> Hoje, com a lei da obrigatoriedade, a faixa etária na educação infantil é de zero a cinco anos.

A demanda é uma necessidade sentida e expressa. Ela pode ser explícita ou latente: a explícita é avaliada através da procura de um serviço. A demanda latente é aquela que não se expressa espontaneamente, por alguma razão. A única forma de aferição da demanda latente é a realização de enquetes específicas. (ROSEMBERG, 2002, p. 25, sem grifos no original)

Não obstante a pressão social por essas demandas, conforme mencionado acima, não temos como avaliar a real extensão do problema, uma vez que, segundo, ainda, Rosemberg (2002),

No Brasil são raríssimos, quase inexistentes, os estudos sobre demanda: não sabemos quais as modalidades de serviços preferidos pela população e qual a extensão da demanda latente. Não dispomos de instrumentos para avaliar qualquer tipo de demanda, além da extensão da “lista de espera”. (ROSEMBERG, p. 24)

Por sua vez, Füllgraf (2001), ao discutir os dois tipos de demanda e a ausência de dados oficiais afirma: “[...] tanto a demanda explícita quanto a demanda latente, indicam que a educação infantil mais do que um direito da criança, é, de uma forma muito mais ampla, uma necessidade social vivenciada em todas as classes sociais” (p. 106). Embora se discuta muito o problema da infância e os direitos das crianças, ainda, temos poucos dados oficiais que revelam a demanda real, sinaliza a autora. Segundo ainda a autora, ao trabalharmos com dados fornecidos por instituições oficiais – IBGE e INEP/MEC, por exemplo –, a questão se complexifica quando se trata de percentuais, pois os mesmos não caracterizam a real necessidade quanto à avaliação da demanda por serviços destinados às crianças de zero a cinco anos.

Esta dificuldade também foi apontada por Rosemberg já em 1984. Segundo a autora,

Uma avaliação da cobertura, da demanda e da caracterização da clientela ou do sistema de atendimento às crianças de 0 a 6 anos através de creches e pré-escolas no Brasil é tarefa bastante difícil, apesar das tentativas de pesquisadores nos últimos anos. Os resultados a que se

chega são sempre aproximativos e insatisfatórios. (ROSEMBERG, 1984, p.327)

No campo das pesquisas com dados, estudiosos da população fazem uso da demografia no desenvolvimento de suas análises para descrever quantitativamente e qualitativamente como populações se transformam. Um dos estudos pioneiros dessa área é de Alceu Ferrari. Em 1988, o autor fez um estudo acerca da “Evolução da educação pré-escolar no Brasil no período de 1968 a 1986”. Seus estudos baseiam-se em dados estatísticos que revelam a política educacional pré-escolar naquelas décadas. Esse estudo demográfico permitiu avaliar setores e mostrar resultados da política vigente, que tratam da educação. Para o autor, o estudo permite discernir que a educação infantil está longe de resolver o problema da desigualdade social, mesmo porque, segundo ele, entender a educação infantil desta forma é um grave equívoco. Entende o autor que a educação infantil deve buscar solucionar a desigualdade que ela mesma criou dando acesso aos grupos dominantes, e assim permanece fora do alcance da grande maioria da população brasileira.

Fúlvia Rosemberg (2006), também faz uso de dados demográficos em seus estudos. Entre muitos artigos da autora, destacamos Criança pequena e desigualdade social, publicada em 2006, pela editora Cortez junto com artigos de outros autores. Em seu estudo, a autora se propôs a descrever e discutir como a desigualdade econômica e social atinge as crianças brasileiras até seis anos de idade. Usando dados demográficos com fontes da PNAD e IBGE, a autora retrata a situação da desigualdade social no Brasil. A autora chama a atenção para a pouca produção acadêmica nessa área: “Com exceção da publicação Primeira Infância (IBGE, 2000), não dispomos de textos atuais que tratem das múltiplas esferas da condição de vida das crianças pequenas”. ROSEMBERG, 2006, p. 50).

Nesse mesmo percurso de estudos com dados demográficos, há que se mencionar também Maria Dolores Bombardelli Kappel (2007). Em 2006, com o objetivo de mostrar os avanços nas diferentes regiões brasileiras, com base no Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) de 1999 e 2004, divulgou dados relevantes sobre as crianças de zero a seis

anos de idade. Este índice procura agrupar, em uma única informação, os dados significativos acerca das crianças brasileiras, possibilitando o acompanhamento às políticas públicas implantadas e sua eficácia, bem como estabelecer comparações entre as diferentes regiões do Brasil.

Segundo a autora, esse tipo de estudo permite entender como se formulam e implantam as políticas públicas voltadas à infância frente aos direitos estatuídos para essa faixa etária. Dentro do quadro situacional que a autora constrói, e comparando-se o que determina a lei, a realidade encontrada nas várias regiões brasileiras, tornam-se variáveis, paradoxos como: precárias condições de vida, exploração do trabalho infantil, abuso sexual entre outros aspectos.

Destaca-se, ainda, neste universo de pesquisadores que se debruçam e ou utilizam a análise demográfica como instrumento de pesquisa, Márcia Milena Penatto Serra (2003), com o estudo “O Brasil das muitas mães: Aspectos demográficos da circulação de crianças”. Em sua pesquisa, os dados pontuaram a necessidade de demonstrar a relevância do tema para a demografia, pois “os dados apresentados sugerem valores significativos” (SERRA, 2003, p. 103). Segundo a autora, os estudos acerca de dados demográficos ajudam e permitem conhecer melhor o fenômeno em estudo, que no seu caso foi o de circulação de crianças, e, ainda, entender essa circularidade dentro do contexto social em que as crianças vivem e as formas que as famílias encontram para dar conta de cuidar de suas crianças, já que elas não têm acesso à Educação Infantil regular e estatuída como direito.

Em 2010, Roselane Fátima Campos aprofunda seus estudos usando dados demográficos do IBGE, IPEA, PNAD. Em seu artigo *Educação Infantil: Concepções, políticas e desafios*, a autora discute o desafio que a implementação da obrigatoriedade produz para a pré-escola, a partir da Emenda Constitucional 59/2009. Usando dados estatísticos, a autora compõe seu trabalho explanando como está a distribuição das matrículas na educação infantil em todo país. Esse estudo pretendeu, com base na análise dos dados, apontar os desafios que os gestores municipais terão para universalizar a etapa obrigatória da educação infantil.

Enfim, como apresentado brevemente acima, os estudos e análises demográficas podem nos ajudar a compreender tanto os resultados e impactos das políticas educacionais, como também nos fornecem dados que podem ajudar no seu planejamento. Segundo Henry (1988), “[...] o dado demográfico tem aplicações práticas importantes para fins de planejamento, de diagnóstico, de avaliação de programas e estudos socioeconômicos em geral” (p.13).

É com base nas contribuições de estudos como os acima citados podem dar para a formulação e avaliação de políticas educacionais, que optou-se discutir nesse artigo, aspectos políticos-históricos relacionados a Rede municipal de Educação Infantil de Florianópolis, por ser essa, considerada referência nacional e a mesma apresenta, também, semelhanças com aquela traçada como típica do Brasil. Para empreender esse estudo toma-se como ponto de partida a pesquisa realizada por Füllgraf (2001) sobre as condições de acesso e expansão do atendimento na Educação Infantil pública do município de Florianópolis. À época, ano 2000, a autora deparou-se com uma lista de espera de 1.945 crianças, já nos alertando que a “lista de espera” revelava “o fenômeno da exclusão vivenciado por inúmeras famílias, sendo um instrumento concreto e comum nas instituições públicas de educação infantil”. (FÜLLGRAF, 2001, p. 105).

Esperando somar contribuições ao estudo já citado e ao mesmo tempo o foco do estudo, pretende-se, tratar do processo de expansão da Rede<sup>2</sup>, analisando indicadores como número de instituições, das matrículas.

### Educação infantil pública da rede municipal de Florianópolis: aspectos históricos

Nesta seção, trataremos da expansão da rede pública de educação infantil do município de Florianópolis. Primeiramente e de modo sucinto, faremos uma apresentação inicial da rede, buscando mostrar, em seguida, a trajetória de sua implantação, fazendo relação entre a política local e a nacional, finalizando com a apresentação da expansão das matrículas.

---

<sup>2</sup> Tratamos como Rede, a EI pública de Florianópolis.

A educação infantil em Florianópolis, segundo Ostetto (2000), desde seu início esteve vinculada à Divisão de Educação, no âmbito da Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social (SESAS) diferenciando-se, nesse sentido, da maioria das redes de outros municípios, cuja vinculação estava a cargo das Secretarias de Assistência. Desde sua criação, podemos assim dizer, a rede pública de educação infantil de Florianópolis deu ênfase, consideravelmente, à dimensão pedagógica na educação das crianças de zero a seis anos de idade, ainda que, paradoxalmente, em muitos momentos, concedesse prioridade aos trabalhos voltados para uma educação compensatória – postulada nacionalmente – ou à ideia de preparação para o ensino fundamental.

Segundo a autora, matéria publicada no Jornal *O Estado*, em 22 de fevereiro de 1976, noticiava “um projeto novo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, voltado ao atendimento de crianças em idade pré-escolar” (OSTETTO, 2000, p. 33), sendo esta a primeira notícia sobre o atendimento público à criança pequena no âmbito da administração municipal. Elaborado pela Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social (SESAS), da Prefeitura Municipal de Florianópolis, o referido projeto tinha como objetivos:

Favorecer o desenvolvimento integral da criança em seus primeiros anos de vida (...); Preencher as lacunas e deficiências (carências) provenientes, a aprendizagem na escola primária (...) dão a dimensão da estreita relação que se estabelece entre a educação pré-escolar e a escola de primeiro grau. Mais ainda quando vemos a faixa etária contemplada no projeto: quatro a seis anos. (SESAS, 1976:3, in OSTETTO, 2000, p. 35)

Esse projeto baseava-se na concepção de educação compensatória e de preparação para a escola: “a modalidade de atendimento proposta inicialmente revela a preocupação imediata com o ensino regular, pois o Núcleo de Educação Infantil – NEI – é pensado como uma ‘unidade de ensino’, com um tempo de atividade diária de quatro horas, incluindo a merenda” (OSTETTO, 2000, p.35). Ampliando essa afirmativa, Waltrick (2008, p.64) destaca ainda “[...] o alinhamento do projeto local com as orientações

emanadas do MEC para a educação em geral e pré-escolar, em particular, naquele período”<sup>3</sup>.

Conforme, ainda, Ostetto (2000, p. 46), o Projeto da SESAS tinha como principal foco atender as chamadas “famílias carentes”. Instituída para essa “clientela”, a educação infantil municipal em Florianópolis teve suas primeiras instituições em bairros da periferia e pesqueiros, inicialmente nos bairros da Coloninha (localizada no continente) e do Rio Vermelho (localizado no leste da Ilha), apontados como “duas regiões mais necessitadas”

Para entendermos e visualizarmos melhor como foi o processo de expansão da rede pública de Educação Infantil de Florianópolis, apresentamos a tabela abaixo.

**Tabela 1 – Expansão das Unidades de Educação Infantil: (1976 a 2011)**

Ano	Total das unidades de Educação Infantil					
1976-1980	00	02	02	01	02	07
1981-1990	06	04	09	07	04	30
1991-2000	07	03	08	06	02	26
2001-2011	05	03	06	03	02	20
Total	17	12	23	19	09	83

Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação/Diretoria do Observatório da Educação e Apoio ao Educando.

É possível verificar, pela Tabela 1, que o período de maior expansão na Educação Infantil<sup>4</sup> da rede pública de Florianópolis, se deu na década de 1980. Das 30 unidades criadas nessa década, 19 foram instituídas na primeira metade, sendo que: seis unidades

<sup>3</sup> Waltrick se refere à “Educação Pré-Escolar como uma nova perspectiva”, para os vários municípios catarinenses, municípios nos quais seria implantado o Programa de Educação Pré-Escolar. Em Santa Catarina, os municípios selecionados, indicados pelas Secretarias de Educação foram: Criciúma, Siderópolis, Imbituba, Florianópolis e São Francisco do Sul.

<sup>4</sup> A rede pública municipal de Educação Infantil de Florianópolis trabalha com dois seguimentos: Creches e Nei’s. Segundo Waltrick (2008), “na rede municipal de Florianópolis a denominação “Creche” é utilizada para definir aquelas instituições que atendem crianças entre três meses e seis anos de idade, em período integral, e não de acordo com a definição expressa nos documentos nacionais, cuja denominação refere-se ao atendimento às crianças até os três anos de idade e a denominação Núcleo de Educação Infantil – NEI – é utilizada na Rede Municipal de Educação Infantil de Florianópolis para definir aquelas instituições que atendem crianças entre quatro e seis anos de idade em período parcial, equivalendo à denominação “pré-escola” expressa nos documentos nacionais” (p.57).

em 1982, sete unidades em 1984 e seis unidades em 1985. Segundo Waltrick (2008), essa expansão se explica pela adesão do governo municipal à política federal:

[...] a orientação expansionista adotada pelo Ministério da Educação, Cultura e Desporto à educação pré-escolar produziu rapidamente impactos também no cenário local. A exemplo do que se observa em nível nacional, a “educação pré-escolar” também foi considerada meta prioritária pela administração municipal de Florianópolis. No Plano de Educação – 1980-83, elaborado na gestão do então prefeito Francisco de Assis Cordeiro (1979-1983), entre as metas prioritárias da administração municipal estava a expansão do ensino pré-escolar. Na sua apresentação, o documento afirma que: A Prefeitura Municipal de Florianópolis por atender, na área educacional, prioritariamente, à zona rural e periferias urbanas, atinge a clientela mais carente sócio-economicamente no Município. Por isso, procura dar ênfase aos programas de Alimentação e Nutrição, de Educação para a Saúde, de Assistência médica-odontológica, de integração escola/comunidade, de expansão do ensino pré-escolar. (WALTRICK, 2008, p.72)

Ainda observando a tabela acima, podemos verificar que outro aumento de expansão da rede se deu na década de 1990. Das 26 novas instituições, cinco foram criadas em 1992 e nove em 1993, correspondendo a 53,8% do total daquela década, ou seja, mais da metade de novas instituições foram criadas apenas nesses dois anos.

Esse período de expansão nos anos de 1990, chamado por Waltrick (2008) de “segunda onda expansionista” se deu não pela adesão do governo municipal aos programas nacionais, como foi nos anos de 1980, mas “pela opção de conveniamento com instituições de caráter filantrópico e comunitário” (WALTRICK, 2008, p.101).

Já no período de 2001 a 2011, a rede ampliou o número de instituições para dezessete novas unidades. Dessas, oito foram municipalizadas em 2008: quatro vieram das Ong’s – Organizações não Governamentais – e quatro vieram das instituições de Educação infantil do Estado. A prefeitura reformou os prédios criando uma nova estrutura de atendimento, assumindo as crianças e a infraestrutura. Efetivamente, apenas duas novas unidades foram construídas e inauguradas em 2010: Creche *Julia Maria*

Rodrigues, no Continente e NEI Zilda Arns Neumann no Sul da Ilha<sup>5</sup>. Em 2011, a Creche Poeta João da Cruz e Souza, em Areias, no Morro das Pedras, no sul da Ilha, e a Creche Carlos Humberto Pederneiras, na Agrônômica, no centro.

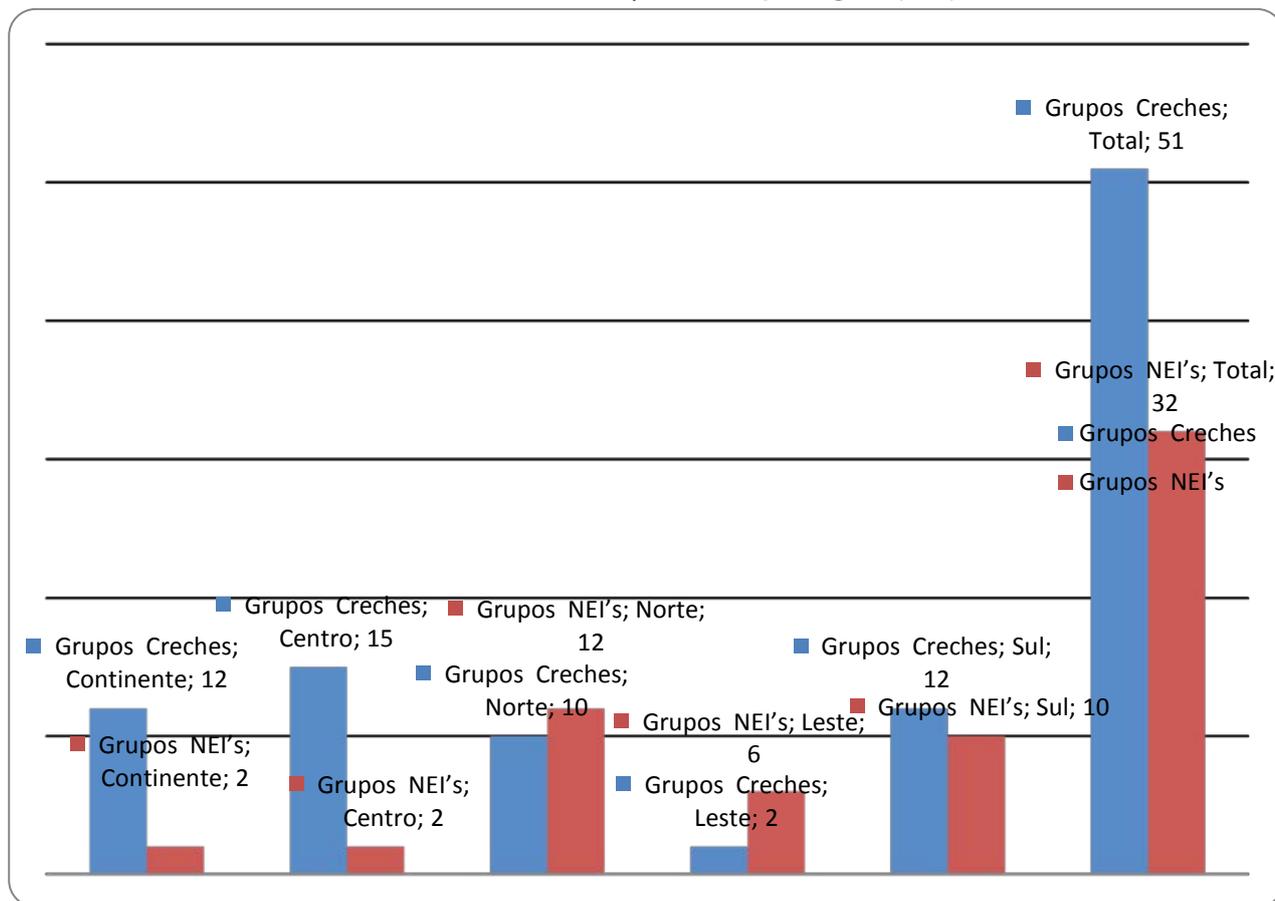
Diante dos dados apresentados, podemos observar que a expansão da rede pública de Educação Infantil de Florianópolis se deu de forma mais expressiva no período compreendido entre 1980 e 1990 (Waltrick, 2008), quando se passou de sete unidades na década de 1970, para sessenta e cinco na década de 1990 (Anexo 3), embora a estratégia de expansão em cada década tenha sido diferente. Na década de 2000, justamente no período de maior difusão acerca dos direitos à Educação Infantil, a expansão da rede pela criação de novas instituições, não foi tão expressiva em relação à década anterior.

Atualmente a rede é integrada por 83 instituições de educação infantil, sendo que destas, 51 são creches e 32 são NEIs. Para ilustrar esses dados apresentados, no Gráfico 1 podemos visualizar como está composto o quadro das instituições públicas de Educação Infantil de Florianópolis, em abril de 2011.

---

<sup>5</sup>Essas instituições foram construídas com recursos do Programa Pró-Infância. O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Pro-Infância) é um programa que o Governo Federal criou por considerar que a construção de creches e escolas de educação infantil, bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional são indispensáveis à melhoria da qualidade da educação. Instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação. Seu principal objetivo é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos municípios que efetuaram o Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e elaboraram o Plano de Ações Articuladas (PAR). Os recursos destinam-se à construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil.

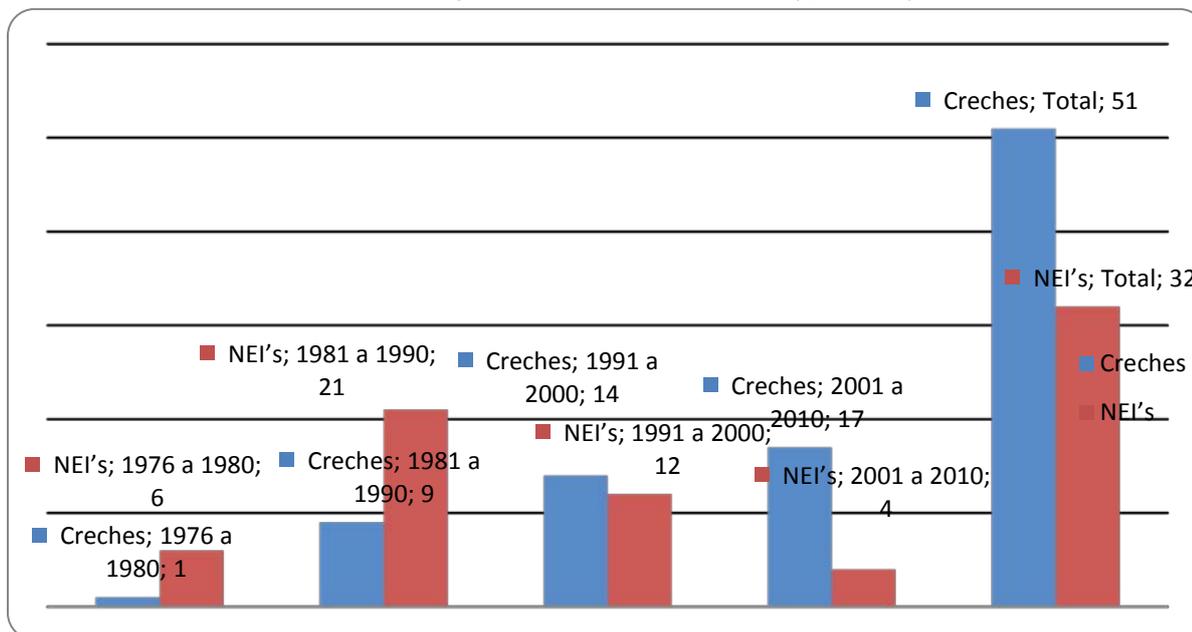
Gráfico 01 – Unidades de Educação Infantil por região: (2011)



Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, Diretoria do Observatório da Educação e Apoio ao Educando.

Outro movimento interessante relacionado à dinâmica da expansão da rede municipal de Educação Infantil diz respeito à opção pelo tipo de instituição – Creches ou Núcleos de Educação Infantil (NEI), lembrando que nesse caso, não se segue o que diz a LDB 93934/96 com relação a nomenclatura e faixa etária atendida. Como nos mostra o Gráfico 2, aqui também observamos importantes diferenciações:

Gráfico 2 – Expansão da EI: Creches e NEI's (1976/2010)



Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação/Diretoria do Observatório da Educação e Apoio ao Educando.

Podemos observar no Gráfico 02 que há uma inversão no número de Creches e no número de NEI's nas décadas de 1980 e 1990: na primeira, priorizava-se a criação de NEI's - em atendimento em período parcial, enquanto que na segunda década, o município deu prioridade à criação de Creches, com atendimento em período integral. Esta tendência do município de priorização das Creches fica evidenciada nos dados da última década – 2001 a 2010, em que se abriram dezesseis novas Creches e apenas dois novos NEI's.

Faz-se necessário entender, também, como esse processo se deu nas regiões da grande Florianópolis, averiguando em que região a expansão de instituições de Educação Infantil foi crescente ou decrescente. Para mostrar esse processo, apresentamos a Tabela 02, seguida de uma análise dessa expansão.

Tabela 2 – Expansão de instituições por ano e região: Creches e NEIs<sup>6</sup>

Região / Ano	Centro		Cont.		Norte		Leste		Sul	
	C	N	C	N	C	N	C	N	C	N
1976-1980	0	0	1	1	0	2	0	1	0	2
1981-1990	5	1	2	2	1	6	0	4	1	8
1991-2000	4	3	3	0	3	4	0	2	5	2
2001-2011	4	0	5	0	5	1	1	0	2	2
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>12</b>

Fonte: Elaboração Própria com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, Diretoria do Observatório da Educação e Apoio ao Educando. Nota: “C” = Creche; “N” = NEI.

Podemos observar na Tabela 02 que, embora ao longo dos anos a rede tenha se expandido, esta foi desigual nas diferentes regiões. A região norte e a sul foram as que mais expandiram, totalizando 28 instituições (cada) criadas ao longo dos anos, enquanto que na região leste, apenas 08 instituições foram criadas. Esses dados ainda revelam que a região do centro absorveu o maior número de creches desde a década de 1980, e é nessa mesma década que a rede se expandiu em número de instituições. É possível verificar também que, embora recentemente tenha crescido o número de Creches em detrimento dos NEI's, das cinco regiões, três delas – norte, leste e sul ainda têm o número maior de NEI's do que de Creches. Apenas o centro e o continente apresentam o número maior de Creches do que de NEI's.

Falamos até aqui da expansão física da rede de Educação Infantil em Florianópolis. Na seção seguinte, nos debruçaremos sobre a expansão das matrículas na Educação Infantil de Florianópolis e os desdobramentos daí decorrentes.

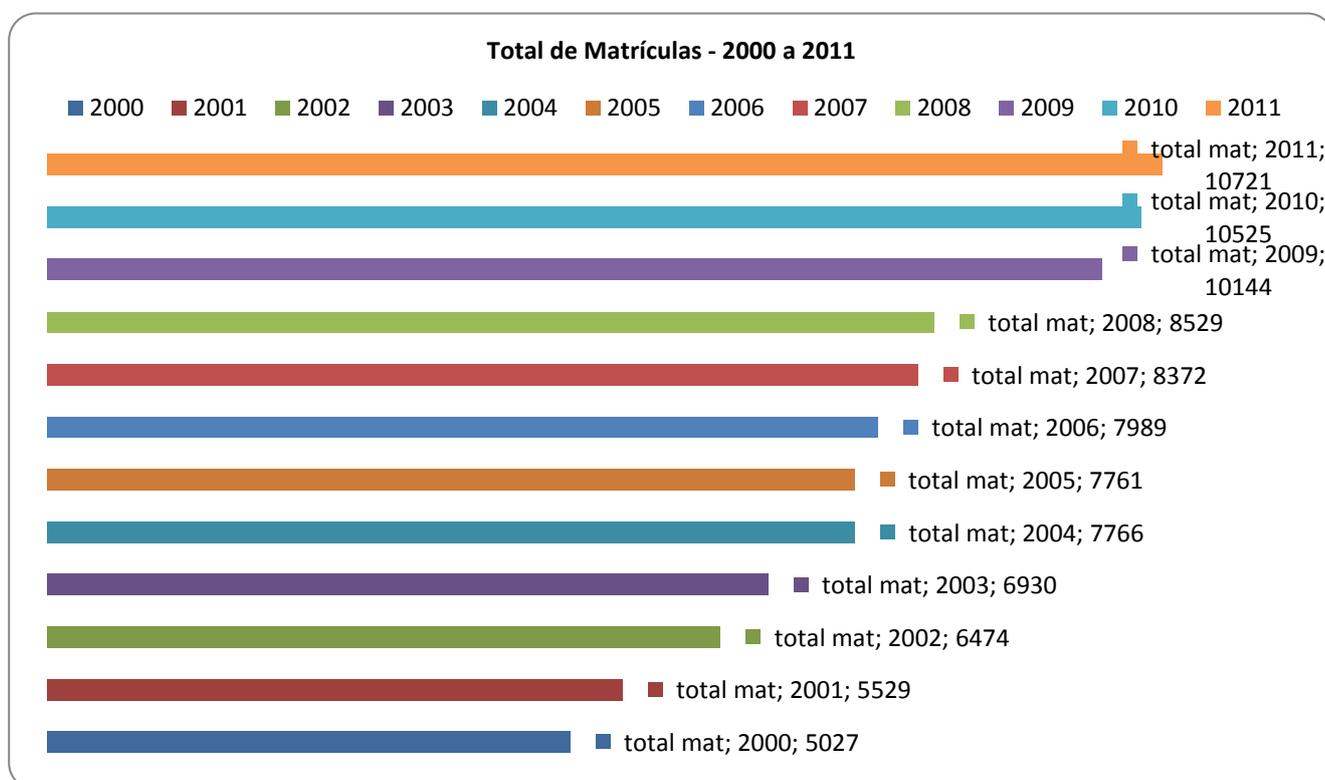
<sup>6</sup> Na totalidade das instituições criadas ao longo da história, dessas, quatorze foram extintas.

## Expansão nas taxas de matrículas: uma vaga na educação infantil e seu significado

Busca-se, nesta seção, analisar os dados relativos à expansão do atendimento – matrículas, na rede pública municipal de Educação Infantil de Florianópolis desde o início dessa rede – 1976. Nesses 35 anos de rede, percebemos uma expansão significativa das matrículas: em 1976 havia 92 crianças de zero a seis anos de idade matriculadas na rede pública de Educação Infantil de Florianópolis e, 35 anos depois, em 2011, esse número passa a ser de 10.721 matrículas na Educação Infantil.

Para evidenciarmos bem a dinâmica de crescimento ou de expansão das matrículas na Rede, tomamos como referência uma série histórica de dez anos: de 2000 a 2011. Nosso marco é a pesquisa da Füllgraf concluída em 2001, e pretendemos assim observar os “ritmos” que orientaram essa expansão no período referido. No Gráfico 3, podemos visualizar mais esse movimento:

Gráfico 3 - Expansão das Matrículas: (2000/2011)

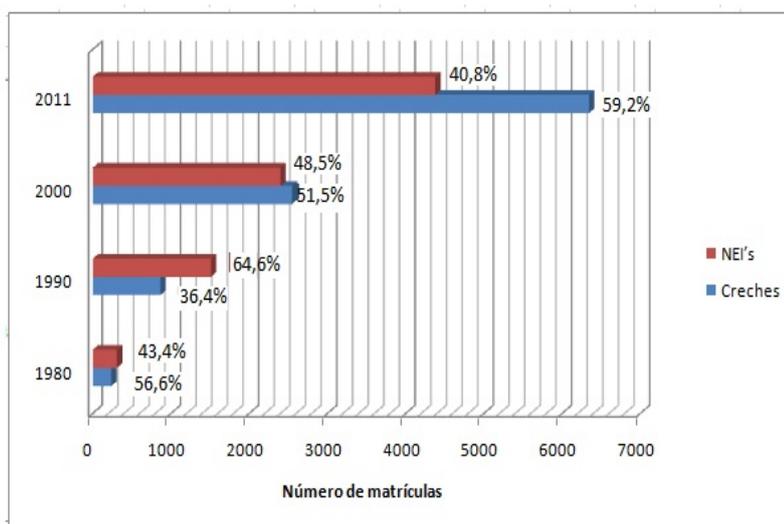


Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, Diretoria do Observatório da Educação e Apoio ao Educando.

Os indicadores de matrícula apresentam um crescimento significativo. Conforme Füllgraf, no ano 2000 havia 5.027 crianças apenas da rede pública; dez anos após, em 2011, esse número passou para 10.721 crianças atendidas representando um aumento de 213,26%, número esse que aparentemente parece ser muito expressivo. No entanto, se decomposmos esse percentual, por ano chega-se a um crescimento médio de 21,36% ao ano, o que não representa muito se considerarmos a demanda explícita – listas de esperas, como também aquela demanda – implícita, que nem mesmo chega a manifestar-se nos centros de educação infantil.

Outro aspecto a ser considerado é a distribuição dessas matrículas por tipo de unidade – creche ou NEI, conforme demonstrado no Gráfico 4 e anexo I I deste trabalho.

**Gráfico 4 – Expansão das Matrículas: por tipo de unidade (1980/2011)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação/Diretoria do Observatório da Educação e Apoio ao Educando – Abril/2011.

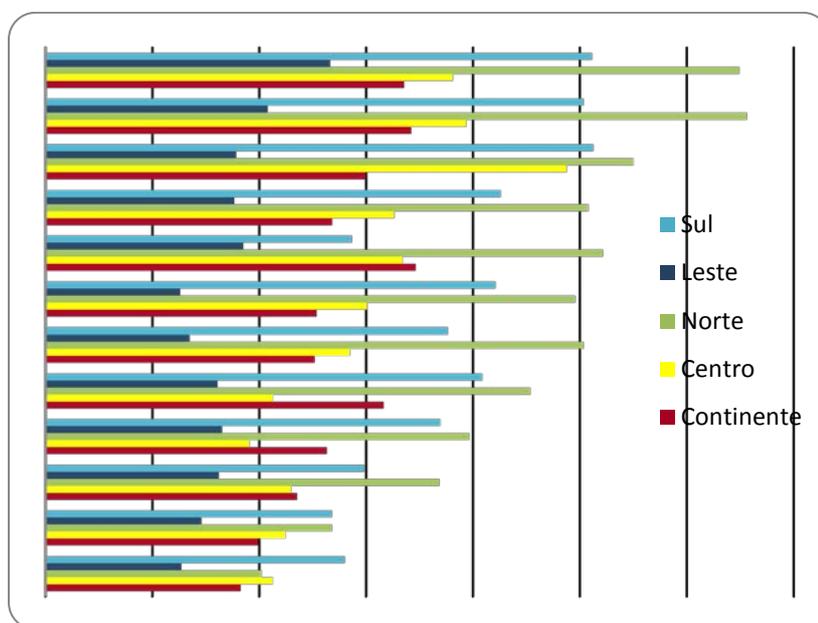
Como podemos perceber, o crescimento das matrículas foi desigualmente distribuído entre NEI's e Creches, ora predominando NEI, ora invertendo-se, passando-se às creches. No ano de 1990, por exemplo, as matrículas nos NEI's eram superiores às das Creches: 64,6% do total de matrículas públicas estavam nos primeiros, enquanto que apenas 36,4% nas últimas, mantendo tendência do período anterior.

A partir da década de 2000 esse quadro começou a se inverter, com a priorização por parte da administração municipal de construção de novas creches, conforme já mostramos acima. Isso se refletiu nas taxas de matrículas que passaram a se elevar gradativamente, passando a predominar nesta última década: de 2000 a 2011, as matrículas nas Creches cresceram 150%, enquanto que nos NEI's cresceram apenas 82,4%.

O crescimento de mais vagas em creches e em período integral responde, ao que parece, às pressões das demandas sociais por este atendimento. Como veremos adiante na análise das “listas de esperas”, a expectativa e necessidade das famílias é o período integral. Todavia, como constatamos, embora tenha ocorrido uma expansão do atendimento nas creches nos últimos quinze anos, isso não foi suficiente para atender a demanda, permanecendo as pressões das “listas”.

Outro aspecto importante a ser considerado é a distribuição dessas matrículas pelas diferentes regiões<sup>7</sup> onde estão instaladas as instituições de Educação Infantil pública do município de Florianópolis. O gráfico 5 mostra essa dinâmica:

**Gráfico 5 – Expansão das Matrículas por região: (2000/2011)**



Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, Diretoria do Observatório da Educação e Apoio ao Educando.

<sup>7</sup> Usamos a mesma organização que a SME apresenta na Portaria de Matrícula para localizar as instituições nas regiões.

Analisando o Gráfico 5, podemos perceber que a região norte, desde 2002, foi a que mais cresceu no atendimento, invertendo a situação observada no ano de 2000, quando foi observada na região sul essa situação. Podemos inferir que esse crescimento se deve ao aumento populacional dessa região – em 2000 havia 47.689 habitantes e em 2010 havia 109.730 habitantes<sup>8</sup>. Se considerarmos os dados da Tabela 4, constataremos que também foi a região Norte que na década referida acumulou o maior número de instituições – seis, contra cinco da região central, três na região continental, três no sul da ilha e apenas uma na região Leste.

A partir de 2008 houve um significativo crescimento das matrículas na região central da cidade. Podemos dizer que esse aumento deve-se à municipalização das creches estaduais<sup>9</sup>, e a consequente incorporação das matrículas já existentes nas instituições estaduais, no cômputo geral das matrículas da rede municipal. De fato, no caso das instituições municipalizadas, não se tratariam de novas matrículas, nem de expansão real de atendimento pela criação de novas vagas, mas apenas de uma “transferência” administrativa de vagas/matrículas já existentes. Nesse caso, embora estejamos tratando como expansão, fazemos essa ressalva. Já a região leste foi uma das regiões que mais oscilou entre aumento/retração da demanda, contudo, em 2011, as matrículas nessa região tiveram um crescimento mais significativo: 38,6% em relação ao ano anterior.

Embora não seja objetivo deste trabalho analisar as matrículas em instituições conveniadas, faremos breve registro acerca das mesmas. Em 2011, cerca de 2.265 crianças estavam frequentando entidades conveniadas; a maior concentração localiza-se nos grupos de G4, G5, e G6. O continente é a região com o maior número de matrículas conveniadas, o que se torna compreensível se cruzarmos esse dados com os da Tabela 1: esta região é a segunda com o menor número de instituições públicas – total de 12, sendo 9 Creches e 3 NEIs; a região com o menor número de instituições é a Leste – com sete NEI

---

<sup>8</sup> O número de habitantes do ano de 2000 é real, segundo IPUF – Instituto de Planejamento de Florianópolis. O número de habitantes do ano de 2010 é uma projeção feita em 2007 solicitada pelo IPUF.

<sup>9</sup> As instituições do Estado que foram municipalizadas na região central do municipal são três: Creche Anjo da Guarda; Creche Bem-Te-vi e Creche Cristo Redentor.

e uma creche. Nessa última região não há convênios com entidades filantrópicas; registre-se que esta região abrange Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa e Rio Vermelho, cuja população possui poder aquisitivo mais elevado, especialmente no Bairro da Lagoa da Conceição, que concentra também a maior população.

**Tabela 3 – Rede conveniada de Educação Infantil de Florianópolis (maio/2011)**

Região	G1	G2	G3	G4	G5	G6	Total
<b>Continente</b>	85	136	183	212	227	225	1068
<b>Centro</b>	74	92	90	110	107	89	562
<b>Norte</b>	18	41	85	112	117	118	491
<b>Leste</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Sul</b>	15	20	33	19	24	33	144
<b>Total</b>	192	289	391	453	476	465	2265

Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, Diretoria de Educação Infantil – Conveniadas.

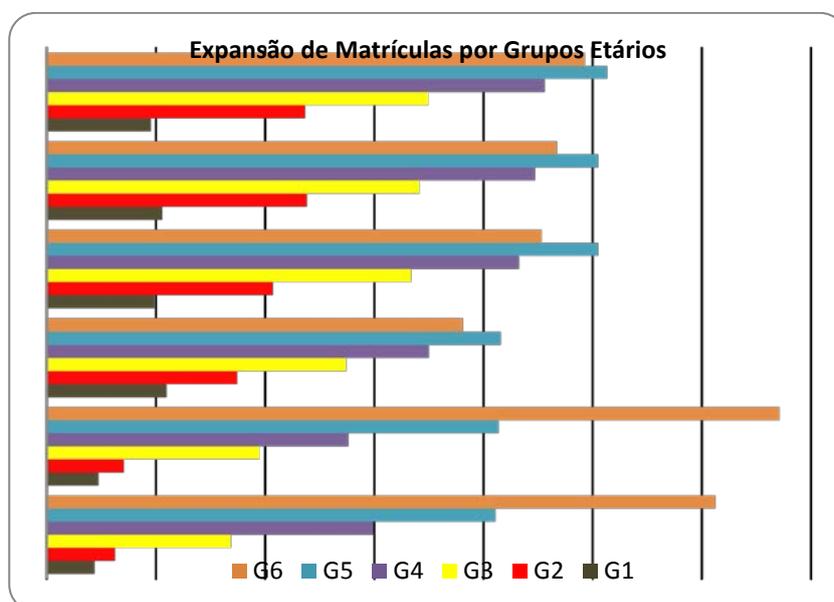
A parceria entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis e as ONGs que atuam na Educação Infantil expressa a materialidade da política pública estatuída, ou seja, torna-se evidente a desobrigação do Estado frente à Educação Infantil.

Na perspectiva de observarmos a dinâmica do crescimento das matrículas, apresentaremos na próxima seção uma análise dos dados por faixa etária, o que nos possibilita verificar que grupo etário apresenta o maior número de crianças matriculadas.

## Expansão nas taxas de matrículas por faixa etária

Apresentamos no Gráfico 05 – acima, os dados gerais das matrículas nos últimos dez anos. Para sabermos como esse processo se deu por grupos etários, tomaremos como referência os dados sistematizados pela Rede Municipal nos últimos seis anos<sup>10</sup>, conforme Gráfico 06 adiante.

Gráfico 6 – Expansão das Matrículas por Grupo Etário (2006/2011)



Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, Diretoria do Observatório da Educação e Apoio ao Educando. G = Grupo

Como podemos constatar no gráfico acima, ocorreu maior concentração da expansão das matrículas nos Grupos de atendimento – G4, G5, G6, grupos estes que abarcam idades entre quatro e seis anos de idade. No período de 2006 e 2007, os percentuais mais elevados foram registrados no G6. Podemos aventar como hipótese que tal ocorreu como consequência da Lei nº 11.274/2006, que formalizou aumento da obrigatoriedade desta etapa educativa de oito para nove anos, e a idade de ingresso no

<sup>10</sup> A Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, Diretoria do Observatório da Educação e Apoio ao Educando tem computado os dados por grupo e região a partir de 2006, por isso não apresentamos os dos anos anteriores, cujos dados nos forneceriam maiores informações. Devido a isso trabalharemos daqui em diante, com os dados a partir de 2006.

Ensino Fundamental aos seis anos. Observa-se ainda que a partir de 2008 a expansão das matrículas foi maior no Grupo 5, declinando, em contrapartida, o aumento no Grupo 6. Esses números parecem nos indicar que a política de expansão de matrícula está indo ao encontro do que está posto na EC 059/09, que institui o ensino básico obrigatório e gratuito a partir dos quatro anos de idade.

Podemos observar também que nos Grupos 1, 2 e 3 –, comparados aos demais grupos, a expansão das matrículas foi pequena. É nesses grupos que encontramos também, como veremos adiante, o maior número de crianças em lista de espera. Dentro desses grupos, a expansão foi maior no G3, com 1.748 crianças matriculadas e a menor expansão está no G1, com apenas 477, na Rede em abril de 2011.

Os riscos da obrigatoriedade podem produzir um aprofundamento da dicotomia já existente entre creches e pré-escolas. Conforme Campos, R. F. (2010),

[...] a implementação da obrigatoriedade da pré-escola exigirá dos gestores público, forte empenho e responsabilidade evitando-se que a expansão da oferta educativa em pré-escola penalize o acesso das crianças de 0-3 anos à educação, conforme é seu direito também (p.6).

Ainda com relação a esses mesmos grupos - 1, 2 e 3 –, observamos que se mantém a tendência de pouca variação nas taxas de matrícula – aumento/diminuição, também quando cruzamos com a variável região. Exemplificamos mostrando os dados de variação na Tabela 4.

**Tabela 4 – Expansão das matrículas nas regiões – G1, G2 e G3 (abril/2011)**

Ano	Continente			Centro			Norte			Leste			Sul		
	G1	G2	G3	G1	G2	G3	G1	G2	G3	G1	G2	G3	G1	G2	G3
2011	7 9	22 9	31 8	11 8	24 2	33 4	10 6	30 7	44 7	4 8	13 5	280	126	271	411

Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, Diretoria do Observatório da Educação e Apoio ao Educando.

Dentre as regiões, o menor índice das matrículas está na região leste para o G1, seguida da região continental. As matrículas do G3 estão em maior número nas regiões norte e sul.

Os dados revelam que pouco se fez para ampliar o atendimento dessa faixa etária, tendo em vista que a prioridade da política do município é atender os grupos 4, 5 e 6 em conformidade com a legislação vigente.

A baixa ampliação do atendimento dos Grupos 1, 2 e 3 pode ser explicada pelos custos mais elevados para sua manutenção: o atendimento em jornada integral, menor proporção de crianças por professor – G1 e G2 a proporção é de 15 crianças por turma; G3 atende 20 crianças por turma; ao passo que no G4, G5 e G6 o atendimento é de 25 crianças por turma.

Os dados que até agora apresentamos tivemos como objetivo mostrar, ao longo dos últimos anos, a evolução no atendimento da Educação Infantil, evidenciando a expansão da oferta e sua distribuição por tipo de instituição, regiões e faixa etária. A partir desse ponto, passaremos a fazer correlação entre os dados de atendimento e a jornada de permanência nas instituições – Isso se tornará relevante à medida que evidenciará como se comportaram as matrículas de acordo com essas variáveis.

**Quadro 1 – Organização das matrículas de EI da rede pública municipal de Florianópolis por períodos e grupos: (Abril/2011)**

Período diário no atendimento		Quantidade de matrículas por grupos		Total
<b>6h</b>	12h	0 – 3 anos	4 – 6 anos <sup>11</sup>	10.721
<b>3.927 crianças</b>	6.794 crianças	3.140 crianças	7.581 crianças	crianças

Fonte: Elaboração própria a partir dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, Diretoria do Observatório da Educação e Apoio ao Educando.

<sup>11</sup> Seguimos a linha de quatro a seis anos de idade por entender que as crianças de seis anos, que fazem aniversário após o mês de março – período de entrada no Ensino Fundamental –, ainda estão na Educação Infantil.

Desses dados, é possível perceber que há uma diferença significativa entre os indicadores de atendimento de 6h diárias e 12h diárias. Das crianças matriculadas, 63,4% são atendidas em período integral e 36,6% em período parcial. Mas, o que nos chama a atenção é quanto ao atendimento por grupo. O percentual de matrículas das crianças de zero a três anos de idade é de apenas 29,2% e das crianças de quatro a seis anos de idade é de 70,8% das matriculadas. Conforme já mostramos acima, quando tratamos da expansão das matrículas, o quadro atual mostra-nos que se confirma a tendência verificada nos últimos anos, ou seja, de focalização da oferta nas idades mais próximas da escola de ensino fundamental.

Ao que parece, a Secretaria Municipal de Educação inclina-se a atender o que está posto na Emenda Constitucional 59/2009, quanto à obrigatoriedade das crianças de quatro e cinco anos na Educação Infantil. Essa situação, no entanto, não é restrita a Florianópolis. Campos, R. F (2010), ao discutir alguns desafios com que se defrontam governantes, gestores educacionais e pesquisadores da área, no que diz respeito à implantação da obrigatoriedade da pré-escola argumenta:

Os governantes têm optado pela focalização do atendimento nas instituições públicas para crianças de 4-5 anos, na perspectiva da universalização do direito à educação. Em contrapartida, para as crianças entre 0-3 anos, cujo direito também precisa ser assegurado, vêm sendo adotadas políticas que visam transferir para organizações da sociedade civil, para a esfera privada, a responsabilidade pela oferta desse serviço. (CAMPOS, 2010, p.02)

Outra motivação que pode estar levando os gestores municipais a optarem pela focalização nas faixas etárias entre 4 – 5 anos são as próprias determinações da Lei 11.494/2007, que institui o financiamento da educação básica, incluindo creches e pré-escolas. De acordo com o art. 8º, nos parágrafos 1º e 3º temos:

§ 1º Admitir-se-á, para efeito da distribuição dos recursos previstos no inciso II do caput do art. 6º do ADCT, em relação às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, o cômputo das matrículas efetivadas na educação infantil oferecida em creches para crianças de até 3 (três) anos.

§ 3º Admitir-se-á, pelo prazo de 4 (quatro) anos, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e que atendam às crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º deste artigo, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado até a data de publicação desta Lei.

Por essa determinação, o poder municipal repassou recurso do FUNDEB para entidades conveniadas, no que se refere à pré-escola, até 2012. Findo o prazo de quatro anos, todas as matrículas na pré-escola, deveria ser absorvida pela rede pública.

Em síntese, os dados nos mostram que a expansão das matrículas na educação infantil foi movida por uma dinâmica que combinou: a) a focalização do atendimento nas faixas etárias mais próximas do ensino fundamental, conforme mostra a expansão de matrículas para os G4, 5, 6; b) que esta expansão tem sido potencializada também pela ampliação de alguns NEIs que passaram de seis para dez salas de aula. Nesta direção, podemos citar o *NEI Armação*, no sul da ilha; o *NEI Ingleses*, norte da ilha, e o *NEI São João Batista*, leste da ilha. Além disso, também tem se optado, nessas instituições, pelo atendimento em jornada parcial, atendendo-se 302, 420 e 415 crianças respectivamente, num total de 1.137 crianças. Considerando o total de matrículas na rede, apenas essas três unidades totalizam 10,6%.

A infância colocada no papel, aqui entendido como toda a legislação estatuída desde a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), está num pequeno trecho do caminho que pode materializar os direitos preconizados por esse mesmo papel, e que há uma parcela excluída da Educação Infantil que não pode lutar pela conquista de seus direitos, e muito menos exercer esses direitos, o que Füllgraf vai chamar de “paradoxos vividos pelas crianças no contexto contemporâneo”.

## Referências

BRASIL. *Lei nº 11.494/2007*: Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDB - Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm)>. Acesso em 20 ago. 2014.

BRASIL. *Lei nº 9.424/1996*: Regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF... Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil, 2007. Disponível em: <[http://www.oei.es/quipu/brasil/Manual\\_FUNDEF.pdf](http://www.oei.es/quipu/brasil/Manual_FUNDEF.pdf)>. Acesso em 21 de ago. de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. *Critérios para um atendimento em creches e pré-escolas que respeite os direitos das crianças*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil*. Brasília, MEC/SEF, COEDI, 1998, Vol. I e Vol. II.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para educação infantil*. Brasília, 1998, Vol. 1, 2, e 3.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Estado e de Assistência Social. *Portaria nº 2.854, de 9 de julho de 2000*, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Diagnóstico preliminar da educação pré-escolar no Brasil*. Brasília, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Educação Pré-Escolar – uma nova perspectiva nacional*. Brasília, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Programa Nacional de Educação Pré-Escolar. Brasília, 1981.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federal do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília DF: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação de Educação Infantil. *Educação Infantil no Brasil: situação atual*. Brasília: MEC/COEDI, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Nacional Educação e Pesquisa, 2000: *educação para todos: avaliação do ano 2000*.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Básica. *Política Nacional de Educação Infantil*: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, DF: MEC/SED. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Básica. *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação*. Brasília, DF: MEC/SED. 2006.

BRASIL. Coordenadoria da Infância e da Juventude. *Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990*.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Básica. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394/1996*. Brasília, 1996.

CAMPOS, Rosânia. *Os organismos internacionais e as políticas para a educação infantil no Brasil*. 2008. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Doutorado em Educação. Florianópolis, 2008.

CAMPOS, Roselane Fátima. Educação infantil: concepções, políticas e desafios. *Revista Educação & Sociedade*, v. 4, p. 299 – 311, 2010.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal *Portarias de Matrículas, nº 017/1999*. Florianópolis. 2000.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal *Portarias de Matrículas, nº 036/2000*. Florianópolis. 2001.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal *Portarias de Matrículas, nº 037/2001*. Florianópolis. 2002.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal *Portarias de Matrículas, nº 045/2002*. Florianópolis. 2003.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal *Portarias de Matrículas, nº 030/2003*. Florianópolis. 2004.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal *Portarias de Matrículas, nº 073/2004*. Florianópolis. 2005.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal *Portarias de Matrículas, nº 094/2005*. Florianópolis. 2006.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal *Portarias de Matrículas, nº 091/2006*. Florianópolis. 2007.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal *Portarias de Matrículas, nº 092/2007*. Florianópolis. 2008.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal *Portarias de Matrículas, nº 110/2008*. Florianópolis. 2009.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal *Portarias de Matrículas, nº 079/2009*. Florianópolis. 2010.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal *Portarias de Matrículas, nº 117/2010*. Florianópolis. 2011.

- FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Educação. *Subsídios para a Reorganização Didática da Educação Básica Municipal*, Florianópolis, 2000.
- FÜLGRAF, Jodete Bayer Gomes. *A Infância de papel e o papel da infância*. 2001, 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em Educação, Florianópolis, 2001.
- HENRY, Louís. *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*. Tradução de José Manuel Nazareth, 1988. Editora Gradiva.
- IBGE, *Síntese de indicadores sociais/2010: estudos & pesquisas, informação demográficas e sócio-econômica*. Rio de Janeiro, 2010.
- KAPPEL, Maria Dolores Bonbardelli. *Índice de desenvolvimento infantil no Brasil: uma análise regional*. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 35 maio/ago. 2007. Disponível em, <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a04v1235.pdf>>. Acesso em julho 2010.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998. 210p.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*. n. 14, p 188 a 192, Maio/Ago 2000.
- LOPES, Lindicéia Batista de França. *Repercussões da política internacional na política para educação infantil brasileira após 1990, 2009*. 157 f. Dissertação – (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação, Maringá, 2009.
- LUCAS, Maria Angélica Olívio Francisco. *A influência do UNICEF e da UNESCO na educação infantil brasileira contemporânea*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 35, p. 126-140, set. 2009. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/35/art09\\_35.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/35/art09_35.pdf)>. Acesso em: janeiro 2010.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A lenta construção dos direitos da criança brasileira – Século XX*. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP. São Paulo: USP, 2004.
- OSTETTO, Luciana E. *Educação infantil em Florianópolis*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. 160 p.
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Consolidando Um Plano Nacional de Educação*. Proposta do II Congresso Nacional de Educação, Belo Horizonte, 1997.
- ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *Cadernos de Pesquisa*. n. 51, p.73-79, Nov/1984.
- ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o projeto casulo e a doutrina de segurança nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. 5ª ed. – São Paulo; Cortez, 2003.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, estados e políticas de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*. n. 115, p. 25-63, março/2002.

ROSEMBERG, Fúlvia. Crianças Pequenas e Desigualdade Social. *Cadernos de Pesquisa*. n. 115, p. 25-63, março/2006.

SERRA, Maria Milena Penatto. Algumas considerações sobre a circulação de crianças no Brasil e sua distribuição por regiões *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 229-239, jul./dez. 2003.

WALTRICK, Rose Elaine de Lima. O coordenador pedagógico na educação infantil na rede municipal de educação de Florianópolis: marcas de uma experiência democrática. 2008. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, Mestrado em Educação, 2008.

Recebido em: 20/11/2012

Aprovado em: 04/01/2013

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 15 - Número 29 - Ano 2014

revistalinhas@gmail.com